



Concurso Público para provimento de cargos de
Auxiliar da Fiscalização Financeira II

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'AFF', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 9 referem-se ao texto abaixo.

Por mais que se queira deixar de lado o tema, não se consegue. O agravamento quase diário dos "eventos climáticos extremos" e o impasse na área das negociações internacionais exigem que se volte à questão.

Vive-se um momento crítico, às vésperas de mais uma reunião preparatória da próxima assembleia da Convenção do Clima, programada para dezembro, no México. Cientistas de 27 países, que durante 15 meses se revezaram em expedições ao Ártico, informam que as previsões pessimistas para degelo até 2100 podem acontecer entre 2013 e 2030. A Organização Meteorológica Mundial avalia que os furacões, até o fim do século, serão menos frequentes, porém mais intensos. E o Sul-Sudeste e o Centro-Oeste brasileiros continuam às voltas com inundações, deslizamentos e mortes.

Mesmo com tudo isso, não se consegue avançar nas negociações. As comunicações feitas até o fim de janeiro à Convenção pelos países sobre suas metas (não compromissos) de redução de emissões deixam claro que não se chegará à redução global mínima para impedir que a temperatura planetária suba mais do que 2 graus, o que terá consequências muito graves. O embaixador chinês na Convenção, Yu Qingtai, já declarou que não será possível superar, este ano, as divergências entre os países industrializados, a China e os demais membros do bloco de emergentes (Índia, Brasil, África do Sul), juntando-se à opinião do secretário-geral da Convenção, Yvo de Bôer, que, para complicar ainda mais as coisas, anunciou que em julho renunciará ao cargo e que não vê possibilidade de acordo antes de dois anos.

Talvez a chave possa estar nas mãos do Brasil. Em 1997, quando se negociou o Protocolo de Kyoto, o Brasil apresentou proposta de que a contribuição de cada país para a redução de emissões deveria tomar por base suas emissões históricas e as emissões atuais. Considerados os dois números, verifica-se a que porcentagem dos gases poluentes acumulados na atmosfera (onde permanecem séculos) essas cifras correspondem. Em seguida calcula-se em quanto as emissões totais de um país respondem pelo aumento da temperatura planetária. Esse número deverá ser transformado na porcentagem das emissões globais que caberá a cada país reduzir.

Essa proposta brasileira foi aprovada, em princípio, com a recomendação de ser submetida a estudos mais aprofundados. Mas nada aconteceu desde então. Pode ser, porém, o único caminho justo que leve todos os países a um acordo, porque cada um responderá pelo que fez e faz, proporcionalmente ao todo. E se poderá escapar ao poço sem fundo da discussão entre países industrializados e os demais.

(Washington Novaes. **O Estado de S. Paulo**, A2 Espaço Aberto, 5 de março de 2010, com adaptações)

1. Fica evidente no texto que o autor
 - (A) censura a posição de pessimismo demonstrada por pessoas de prestígio na Convenção do Clima, o que dificulta a existência de qualquer acordo entre os participantes.
 - (B) considera importantes a preocupação com os sinais de descontrole no clima e o estabelecimento de um consenso entre os países para a redução de poluentes na atmosfera.
 - (C) aceita o fato de que continuem as emissões que podem provocar um aumento exagerado da temperatura global, por não haver possibilidade de acordo entre os países.
 - (D) deposita plena confiança na presença brasileira na Convenção do Clima, no sentido de ser o país líder na redução das emissões de poluentes na atmosfera.
 - (E) salienta a importância do consenso obtido junto aos países participantes da Convenção do Clima, necessário ao controle dos fenômenos climáticos extremos.

2. *A Organização Meteorológica Mundial avalia que os furacões, até o fim do século, serão menos frequentes, porém mais intensos. (2º parágrafo)*

A afirmativa transcrita acima

- (A) demonstra a preocupação geral diante da demora no acordo entre países, previsto para a próxima assembleia, *programada para dezembro, no México*.
- (B) desconsidera, em parte, as *previsões pessimistas* dos cientistas para a aceleração das condições favoráveis ao *degelo até 2100*.
- (C) condiz com o que consta no 1º parágrafo, a respeito do *agravamento (...) dos "eventos climáticos extremos"*.
- (D) contradiz a observação de que o momento é *bastante crítico, às vésperas de mais uma reunião preparatória da próxima assembleia da Convenção do Clima*.
- (E) contrapõe-se à observação inicial de que há *impasse na área das negociações internacionais*.

3. *Talvez a chave possa estar nas mãos do Brasil. (4º parágrafo)*

A afirmativa acima refere-se claramente

- (A) às discussões, ainda sem solução à vista, sobre como definir quais são os países que mais poluem a atmosfera, atualmente.
- (B) às negociações já estabelecidas e as que se estabelecerão entre os países industrializados e os que se incluem no bloco de emergentes.
- (C) à retomada dos termos contidos no Protocolo de Kyoto, sobre novos estudos capazes de determinar os atuais índices de poluição em cada país.
- (D) à importância do Brasil, que, como país emergente, faz parte do grupo daqueles que ainda não se incluem entre os maiores poluentes.
- (E) à proposta brasileira de cálculo para determinar a porcentagem de redução das emissões de poluentes de acordo com a responsabilidade de cada país.



4. *Por mais que se queira deixar de lado o tema, não se consegue.*
- O tema a que se refere o autor, no início do texto, diz respeito
- (A) à próxima Convenção do Clima.
(B) ao fenômeno do aquecimento global.
(C) às reuniões preparatórias da Convenção do Clima.
(D) às negociações entre países poluentes.
(E) aos fenômenos climáticos ocorridos no Brasil.
-
5. Considerando-se o 3º parágrafo, está INCORRETO o que se afirma em:
- (A) A expressão *tudo isso* refere-se aos *eventos climáticos extremos* que, apontados no 1º parágrafo, estão retomados mais explicitamente no 2º.
(B) Há identidade de opiniões entre o embaixador chinês e o secretário-geral da Convenção do Clima, citados no parágrafo.
(C) Fica claro no parágrafo que a tentativa de acordo entre os países está apoiada no controle das emissões para que o aumento da temperatura global não ultrapasse 2 graus.
(D) Ambos os segmentos isolados pelos parênteses têm o mesmo sentido, ou seja, a enumeração de diferentes elementos.
(E) Pressupõe-se a necessidade de acordo entre os países, para que todos se comprometam realmente a reduzir a emissão de poluentes.
-
6. *Pode ser, porém, o único caminho justo que leve todos os países a um acordo...* (último parágrafo)
- O emprego da forma verbal grifada denota
- (A) hipótese plausível.
(B) situação imprevisível.
(C) condição futura.
(D) fato concreto.
(E) situação presente.
-
7. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) Existe cálculos para dimensionar as responsabilidades de cada um dos países na emissão de gases que provoca a poluição ambiental.
(B) O comprometimento das condições de vida no planeta serão irremediáveis, caso não se obtenha bons resultados no controle de poluentes.
(C) O cálculo da responsabilidade pelo agravamento dos fenômenos climáticos estão trazendo dificuldades para a obtenção de acordo entre os países.
(D) Os prejuízos decorrentes de um alto índice de poluição, trazidos pela ocorrência de fenômenos climáticos extremos, afetam todo o planeta.
(E) Seria importante acordos para que cada país tomasse as medidas que julgasse cabível nas atuais circunstâncias inerentes à vida moderna.
-
8. O período corretamente pontuado é:
- (A) A intenção, que vem desde a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, é a de chegar-se a um acordo que parece inalcançável com as divergências entre países.
(B) A intenção que vem desde a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo é a de chegar-se, a um acordo que parece inalcançável com as divergências entre países.
(C) A intenção que, vem desde a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo é a de chegar-se, a um acordo que parece inalcançável com as divergências, entre países.
(D) A intenção, que vem, desde a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, é a de chegar-se a um acordo que parece inalcançável com as divergências, entre países.
(E) A intenção que vem desde a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo é a de chegar-se a um acordo, que parece, inalcançável com as divergências entre países.
-
9. *O acordo entre países industrializados e países emergentes parece inalcançável.*
- A Convenção do Clima exige consenso entre os países para qualquer decisão.*
- É preciso superar o impasse sobre a emissão de poluentes.*
- As frases acima estão articuladas em um único período com clareza, correção e lógica em:
- (A) É preciso superar o impasse sobre a emissão de poluentes, porém, como a Convenção do Clima exige consenso entre os países para qualquer decisão, o acordo entre os industrializados e os emergentes parece inalcançável.
(B) A Convenção do Clima exige consenso entre os países para qualquer decisão, onde é preciso superar o impasse sobre a emissão de poluentes, que o acordo entre os industrializados e os emergentes parece inalcançável.
(C) O acordo entre países industrializados e países emergentes está parecendo inalcançável, por conta que a Convenção do Clima exige consenso entre os países para qualquer decisão, de que é preciso superar o impasse sobre a emissão de poluentes.
(D) Sendo preciso superar o impasse sobre a emissão de poluentes, o acordo entre países industrializados e países emergentes vem parecendo inalcançável, com a Convenção do Clima que exige consenso entre os quais para qualquer decisão.
(E) Como o acordo entre os industrializados e países emergentes parece inalcançável, a Convenção do Clima exige consenso entre os países para qualquer decisão, conquanto seja preciso superar o impasse sobre a emissão de poluentes.



Atenção: As questões de números 10 a 16 referem-se ao texto abaixo.

O crescimento econômico não traz automaticamente o avanço no bem-estar de uma sociedade. O desenvolvimento de fato só ocorre quando há melhoria também em fatores de qualidade de vida, tais como educação, saúde e segurança. Indicadores econômicos isolados, portanto, não são suficientes para aferir o estágio de avanço social. Pois foi com o intuito de avaliar de maneira mais precisa o grau de desenvolvimento dos estados brasileiros que um grupo da FGV Projetos, unidade de negócios da Fundação Getúlio Vargas, acaba de elaborar o Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE). Trata-se de um índice feito a partir de 36 variáveis sociais e econômicas, capaz de cotejar com apuro o nível de bem-estar nas 27 unidades da Federação.

O retrato exibido pelo estudo é alentador: praticamente todos os estados conseguiram progredir nos últimos anos, beneficiando-se da retomada do crescimento e do aprimoramento das políticas sociais. Mas os indicadores mostram que os avanços ainda são tímidos em algumas regiões. Pela metodologia usada agora pela FGV, o Estado mais avançado do país é São Paulo, que levou nota máxima (IDSE igual a 100). Na verdade, essa nota indica apenas que, numa escala de zero a 100, São Paulo está no topo, e os números servem de referência para analisar os demais estados.

Há duas maneiras de olhar para o trabalho dos pesquisadores. A primeira delas se resume a observar a fotografia – ou seja, examinando o quadro atual, que coloca São Paulo no topo, seguido pelo Distrito Federal. A segunda maneira de analisar o trabalho da FGV é "assistindo ao filme" – isto é, examinando a evolução ocorrida em sete anos. Por esse critério, fica evidente que alguns estados conseguiram resultados mais expressivos que os demais.

O destaque, aqui, cabe ao Tocantins. Em 2001, era um dos estados menos desenvolvidos do país. Agora, ainda que siga como um dos mais atrasados, conseguiu se distanciar um pouco dos retardatários. O avanço foi impulsionado pelo agronegócio, que tem na região uma de suas últimas fronteiras de expansão. Investimentos em infraestrutura e em projetos sociais ajudaram a reduzir seu atraso.

Outro Estado que conseguiu bons resultados foi a Bahia. Seu interior se beneficiou do agronegócio, especialmente das culturas de soja e de algodão. Mas a economia baiana é mais diversificada e contou com os motores de seu polo industrial de Camaçari e da indústria petrolífera. O Estado, porém, ainda está longe da visão idílica que cantam seus inúmeros poetas. Em outros estados, houve redução da pobreza devido aos programas sociais, como o Bolsa Família.

(Benedito Sverberí. **Veja**, 8 de abril de 2009, pp. 68-70, com adaptações)

10. A afirmativa correta, considerando-se o assunto do texto, é:
- (A) O atraso econômico de alguns estados brasileiros impede que se desenvolvam com eficácia as políticas públicas capazes de reduzir as diferenças ainda existentes na qualidade de vida da população.
 - (B) A descoberta e a exploração de petróleo em alguns estados impulsionaram toda a economia brasileira e, em consequência, as condições de vida da população em cada um dos estados.
 - (C) Os estudos que se voltavam para a análise das condições gerais de vida em todo o país não conseguiam mostrar, com objetividade e exatidão, quaisquer avanços que ocorriam nos estados da Federação.
 - (D) O aumento no número de indicadores das condições de vida da população brasileira pode trazer dificuldades à sua correta interpretação, devido às enormes diferenças regionais.
 - (E) Estudo recente assinala avanços nas condições econômicas e sociais em quase todo o país, impulsionados, principalmente, pela retomada do crescimento e pelas políticas públicas de redução da pobreza.

11. A referência ao uso da escala de zero a 100 pontos, no 2º parágrafo,
- (A) aponta, com nitidez, a superioridade econômica e política de alguns estados do Sul sobre aqueles dos demais regiões da Federação.
 - (B) indica que se trata de uma lista em que se sucedem os estados da federação, de acordo com o seu grau de desenvolvimento.
 - (C) contrapõe-se ao que consta no 1º parágrafo, quanto à importância da escala de avaliação do desenvolvimento dos estados.
 - (D) demonstra que a qualidade de vida nos estados que se encontram no topo da lista é tomada como o modelo ideal para todo o país.
 - (E) perde seu sentido em relação às dificuldades encontradas nos estados que aparecem nos últimos lugares da lista.

12. As últimas fronteiras de expansão encontradas no Tocantins se referem ao fato de que nesse Estado
- (A) há áreas ainda disponíveis para a agricultura.
 - (B) houve grandes investimentos em infraestrutura.
 - (C) estão se desenvolvendo vários projetos sociais.
 - (D) existem índices favoráveis ao desenvolvimento.
 - (E) se encontram problemas que impedem seu desenvolvimento.



13. *Trata-se de um índice feito a partir de 36 variáveis sociais e econômicas, capaz de cotejar com apuro o nível de bem-estar nas 27 unidades da Federação.* (1º parágrafo)

O sentido do segmento grifado acima está corretamente transcrito em:

- (A) com uma forma particular de apontar as carências mais prementes da população em todo o país.
- (B) que se encontra fielmente representado pela diversidade de cada um dos estados federativos.
- (C) necessário para estabelecer uma amostragem ampla das condições de vida da população no país.
- (D) que pode estabelecer comparações mais exatas entre as condições de vida nos estados brasileiros.
- (E) suficiente para uma avaliação voltada para as condições gerais de vida em cada estado do país.

14. *Agora, ainda que (Tocantins) siga como um dos mais atrasados, conseguiu se distanciar um pouco dos retardatários.* (4º parágrafo)

Considerando-se o contexto, o sentido original da afirmativa acima está transcrito com lógica, correção e clareza em:

- (A) O Estado de Tocantins continua sendo um dos que apresenta piores índices de qualidade de vida, onde o coloca entre os últimos que se encontra na lista.
- (B) Na atualidade, Tocantins, que era um dos estados retardatários em seu desenvolvimento, está atrasado como eles, ainda.
- (C) Como se distanciou dos mais atrasados, Tocantins ainda se encontra pouco avançado, permanecendo entre os retardatários.
- (D) O atraso de Tocantins ainda existe um pouco, como entre os retardatários, mesmo com a distância conseguida deles.
- (E) Tocantins é o Estado em que mais se avançou, embora ainda esteja entre os que apresentam as piores condições.

15. *O crescimento econômico não traz automaticamente o avanço no bem-estar de uma sociedade.* (1º parágrafo)

A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:

- (A) ... que os avanços ainda são tímidos em algumas regiões.
- (B) ... e os números servem de referência ...
- (C) ... que coloca São Paulo no topo ...
- (D) O destaque, aqui, cabe ao Tocantins.
- (E) O estado, porém, ainda está longe da visão idílica ...

16. ... quando há melhoria também em fatores de qualidade de vida ... (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está na frase:

- (A) ... que levou nota máxima...
- (B) O destaque, aqui, cabe ao Tocantins.
- (C) ... era um dos estados menos desenvolvidos do país.
- (D) ... ainda que siga como um dos mais atrasados ...
- (E) ... conseguiu se distanciar um pouco dos retardatários.

Atenção: As questões de números 17 a 20 referem-se ao texto abaixo.

Antes de Colombo aportar na América, incas, maias e astecas já conheciam o feijão, primo da lentilha, da ervilha, da soja. Também na velha Europa o cultivavam. Greco-romanos usavam feijões, inclusive para votar: branco significava sim, preto significava não.

No Brasil, tornou-se parte da identidade nacional. Feijão com arroz, mais uma "mistura", é o prato nosso de cada dia. Em nosso falar cotidiano, ele surge em saborosas expressões, como quando se diz de alguém: não vale o feijão que come.

Há as variações sobre ele: a nacional feijoada, o gaúcho feijão tropeiro, virado à paulista, tutu à mineira. Mocotó e dobradinha com feijão branco. Acarajé, fritura de massa de feijão-fradinho. Abará, outro bolinho, este cozido no vapor. E está na salada, seja o grão cozido, seja o broto. Até doce se faz!

Das centenas de variedades, cada lugar tem o seu predileto. No Nordeste e na Amazônia, é o feijão-de-corda. Em Salvador, o mulatinho ou carioquinha – usam até na feijoada! Em Florianópolis, o vermelho. Em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, o preto.

*Não à toa, em **Sobrados e Mucambos**, Gilberto Freyre se inclui entre os estudiosos que consideram o feijão "fator de unificação brasileira".*

(Mylton Severiano. **Brasil. Almanaque de cultura popular**. São Paulo: Andreato comunicação e cultura, janeiro 2009, ano 10, nº 117, p. 30, com adaptações)



17. O texto deixa evidente
- (A) a permanente presença do feijão na culinária de todo o país, ainda que haja preferências regionais sobre seu preparo.
 - (B) a diminuição, na comida do brasileiro, da importância que havia sido atribuída ao feijão por Gilberto Freyre.
 - (C) o pouco valor atribuído ao feijão pelos brasileiros, por sua constância nas refeições diárias da população.
 - (D) o desconhecimento do valor nutritivo do feijão pelos nativos, só disseminado na América após a chegada de Colombo.
 - (E) a mistura diária de feijão com arroz no prato do brasileiro desvaloriza a culinária nacional, que perde em valor nutritivo.

18. A ÚNICA palavra que NÃO exprime o sentido da expressão *não vale o feijão que come*, no 2º parágrafo, é
- (A) desdém.
 - (B) descaso.
 - (C) menosprezo.
 - (D) depreciação.
 - (E) deferência.

19. Considere as substituições, por pronomes, dos segmentos gritados:
- I. ... *incas, maias e astecas já conheciam o feijão* = já *lhe conheciam*.
 - II. *Greco-romanos usavam feijões* = *usavam-nos*.
 - III. ... *que consideram o feijão* = *que o consideram*.
- A substituição está feita de modo correto em:
- (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

20. A alimentação diária, base de feijão com arroz, fornece população brasileira os nutrientes necessários uma boa saúde.
- As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:
- (A) a - à - à
 - (B) à - a - a
 - (C) à - à - a
 - (D) a - a - à
 - (E) à - à - à

Raciocínio Lógico

21. Sabe-se que daqui a 9 anos a soma da idade de Dagoberto com as de seus pais será 155 anos. Assim sendo, há 5 anos atrás quantos anos totalizavam as idades dos três?
- (A) 96
 - (B) 108
 - (C) 113
 - (D) 117
 - (E) 121

22. A seguinte sequência de palavras foi escrita obedecendo a um padrão lógico:

PATA – REALIDADE – TUCUPI – VOTO – ?

Considerando que o alfabeto é o oficial, a palavra que, de acordo com o padrão estabelecido, poderia substituir o ponto de interrogação é

- (A) QUALIDADE.
- (B) SADIA.
- (C) WAFFLE.
- (D) XAMPU.
- (E) YESTERDAY.

23. Considere que os números inteiros e positivos que aparecem no quadro abaixo foram dispostos segundo determinado critério.

1	1	3	1	5	1
2	2	2	4	2	5
1	3	3	3	4	
4	2	4	3		
1	5	2			
6	1				

Completando corretamente esse quadro de acordo com tal critério, a soma dos números que estão faltando é

- (A) maior que 19.
- (B) 19.
- (C) 16.
- (D) 14.
- (E) menor que 14.



<p>24. Em uma viagem de turismo à Argentina, Estanislau ficou fascinado com as máquinas de caça níqueis de um cassino e, sabendo que poderia usar moedas brasileiras, resolveu testar a sua sorte em uma máquina. Primeiramente, usou todas as moedas que tinha no bolso: teve sorte e duplicou a quantia que tinha colocado na máquina; entretanto, logo a seguir, perdeu 4 reais. Na terceira jogada novamente teve sorte e duplicou a quantia com que ficara, mas, em seguida, perdeu outros 4 reais. Na quinta jogada, de novo a sorte duplicou a quantia com que ficara, após o que perdeu mais 4 reais. Se após essa última jogada Estanislau ficou sem nenhuma moeda, então, antes de começar a jogar, o total de moedas que tinha no bolso totalizava, em reais, uma quantia compreendida entre</p> <p>(A) 2,25 e 3,00. (B) 3,00 e 3,75. (C) 3,75 e 4,50. (D) 4,50 e 5,25. (E) 5,25 e 6,00.</p>	<p>27. Após digitar um texto mais ou menos longo com letras mistas (maiúsculas e minúsculas), um funcionário notou que a recomendação era para digitar todo o texto em letras maiúsculas. Assim, para não digitar tudo de novo, após selecionar o texto em questão, ele habilitou, no editor de textos, um efeito de fonte chamado <i>Todas em maiúsculas</i>, disponível a partir do menu</p> <p>(A) Arquivo. (B) Editar. (C) Exibir. (D) Inserir. (E) Formatar.</p>
<p>25. Considere as seguintes afirmações:</p> <ul style="list-style-type: none"> – <i>Todo escriturário deve ter noções de Matemática.</i> – <i>Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo são escriturários.</i> <p>Se as duas afirmações são verdadeiras, então é correto afirmar que:</p> <p>(A) Todo funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deve ter noções de Matemática. (B) Se Joaquim tem noções de Matemática, então ele é escriturário. (C) Se Joaquim é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, então ele é escriturário. (D) Se Joaquim é escriturário, então ele é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (E) Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo podem não ter noções de Matemática.</p>	<p>28. No editor de textos, a inserção sem formatação (<i>Texto não formatado</i>) de um texto copiado de outro, é possível ser realizada a partir do menu</p> <p>(A) Inserir e da opção <i>Texto não formatado</i>. (B) Inserir e da opção <i>Colar especial</i>. (C) Editar e da opção <i>Colar especial</i>. (D) Editar e da opção <i>Inserir texto não formatado</i>. (E) Formatar e da opção <i>Colar especial</i>.</p>
<p style="text-align: center;">Informática</p> <p><u>Instrução:</u> Para responder as questões de 26 a 30 considere os aplicativos sempre em sua versão original e não em quaisquer outras passíveis de modificação (customização, parametrização etc.) feita pelo usuário. Quando não explicitado nas questões, as versões utilizadas são: Aplicativos Microsoft Office 2000 (editor de textos Word e planilha eletrônica Excel); Mouse padrão destro.</p> <p>26. Um supervisor solicitou a um funcionário que procedesse à adaptação de uma placa de rede e uma de som na placa-mãe de seu microcomputador. Considerando que na placa-mãe existem encaixes próprios para tal, o funcionário</p> <p>(A) utilizou um <i>slot</i> livre. (B) utilizou dois <i>slots</i> livres. (C) encaixou diretamente na placa-mãe, um plugue USB. (D) encaixou diretamente na placa-mãe, dois plugues USB. (E) encaixou diretamente na placa-mãe um plugue paralelo.</p>	<p>29. Em uma planilha eletrônica, um funcionário digitou os números 2 e 4 respectivamente, nas células A1 e A2. Depois selecionou a célula A2 e arrastou-a pela alça de preenchimento até a célula A5. Após essa operação, o resultado apresentado nas células A3, A4 e A5, foi, respectivamente,</p> <p>(A) 2, 2 e 2. (B) 2, 2 e 4. (C) 2, 4 e 6. (D) 4, 4 e 4. (E) 4, 4 e 6.</p> <p>30. Na planilha eletrônica, os tipos padrão de gráficos (<i>aba Tipos padrão</i>) são disponibilizados na janela <i>Assistente de gráfico</i> a partir do menu</p> <p>(A) Inserir e da opção <i>Gráfico</i>. (B) Inserir e da opção <i>Tipos gerais</i>. (C) Editar e da opção <i>Gráfico</i>. (D) Editar e da opção <i>Tipos gerais</i>. (E) Formatar e da opção <i>Gráfico</i>.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Legislação Específica**

Atenção: As questões de números 31 a 35 referem-se à Constituição Federal.

31. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle interno de cada Poder e, mediante controle externo, pelo

- (A) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Presidente da República, com o auxílio do Ministro do Planejamento.
- (C) Ministro da Fazenda, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (D) Senado Federal, com o auxílio do Banco Central.
- (E) Ministro da Fazenda, com o auxílio do Banco Central.

32. As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa

- (A) só terão eficácia se confirmadas em posterior processo administrativo.
- (B) não terão qualquer eficácia, porque produzidas unilateralmente.
- (C) constituirão mero início de prova para propositura de ação de cobrança.
- (D) não terão qualquer eficácia, porque possuem mero conteúdo declaratório.
- (E) terão eficácia de título executivo.

33. NÃO constitui requisito para nomeação de brasileiro para cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União:

- (A) Idoneidade moral e reputação ilibada.
- (B) Mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (C) Mais de cinco anos de exercício das funções de Senador, Deputado Federal, Ministro de Estado ou Magistrado.
- (D) Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (E) Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

34. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens

- (A) dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Presidente da República.
- (D) dos Ministros de Estado.
- (E) dos membros do Congresso Nacional.

35. O Tribunal de Contas da União

- (A) não possui quadro próprio de pessoal.
- (B) tem jurisdição somente no Distrito Federal.
- (C) é composto por sete Ministros.
- (D) tem jurisdição em todo o Território Nacional.
- (E) é composto por Ministros eleitos pelo voto popular.

Atenção: As questões de números 36 a 42 referem-se à Lei Complementar nº 709/93 (Lei Orgânica do TCE/SP).

36. Considere:

- I. Apreciar e emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.
- II. Apreciar e emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira do Município de São Paulo.
- III. Avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.

Incluem-se na competência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo as funções indicadas em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

37. A respeito da composição e da organização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) os Conselheiros elegerão, entre os seus pares, o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor do Tribunal de Contas, para mandato de 2 (dois) anos, não permitida a reeleição.
- (B) qualquer pessoa ou entidade mantida, ainda que parcialmente, pelos cofres públicos, está sujeita à jurisdição do Tribunal de Contas.
- (C) o Vice-Presidente auxiliará o Presidente no exercício de suas funções, substituí-lo-á nas faltas e impedimentos, mas não o sucederá em caso de vacância até o final do mandato, situação em que serão convocadas novas eleições.
- (D) os responsáveis por entidades jurídicas de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social não estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas.
- (E) o Tribunal de Contas compõe-se de 9 (nove) Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição do Estado.



<p>38. Considera-se final a decisão em que o Tribunal de Contas</p> <p>(A) ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis.</p> <p>(B) resolve ordenar a audiência dos responsáveis, antes de se pronunciar quanto ao mérito das contas.</p> <p>(C) resolve determinar outras diligências necessárias à instrução do processo, antes de se pronunciar quanto ao mérito das contas.</p> <p>(D) julga regulares, regulares com ressalvas ou irregulares as contas.</p> <p>(E) resolve sobrestar o julgamento, antes de se pronunciar quanto ao mérito das contas.</p>	<p>42. A respeito do direito de denúncia, é correto afirmar que</p> <p>(A) o denunciante poderá formular denúncia anônima.</p> <p>(B) a denúncia poderá ser formulada por partido político.</p> <p>(C) os sindicatos não têm legitimidade para formular denúncia.</p> <p>(D) a denúncia será apurada em processo público, mesmo antes de se comprovar a sua procedência.</p> <p>(E) a denúncia não poderá ser arquivada e será sempre encaminhada ao Ministério Público.</p>
<p>39. A respeito do julgamento das contas pelo Tribunal de Contas, considere:</p> <p>I. As contas serão julgadas regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário.</p> <p>II. As contas serão julgadas regulares com ressalva quando, dentre outras hipóteses, ficar comprovada infração à norma legal ou regulamentar.</p> <p>III. Quando as contas forem julgadas regulares, o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 43 a 46 referem-se à Lei Federal nº 4.320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União).</p> <p>43. São, dentre outras, receitas correntes as provenientes</p> <p>(A) do <i>superávit</i> do Orçamento Corrente.</p> <p>(B) da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.</p> <p>(C) da conversão, em espécie, de bens e direitos.</p> <p>(D) de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.</p> <p>(E) de receitas tributárias.</p>
<p>40. Contra decisão preliminar ou despacho do Presidente ou do Conselheiro Relator, em processo de natureza jurisdicional, quando estiver em contradição com a jurisprudência do Tribunal de Contas, admitir-se-á</p> <p>(A) ação de rescisão do julgamento.</p> <p>(B) recurso ordinário.</p> <p>(C) agravo, sem efeito suspensivo.</p> <p>(D) revisão.</p> <p>(E) pedido de reexame.</p>	<p>44. Classificam-se como Transferências Correntes as</p> <p>(A) dotações para aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.</p> <p>(B) que se destinam a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.</p> <p>(C) que se destinam a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.</p> <p>(D) dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.</p> <p>(E) que se destinam à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importar aumento do capital.</p>
<p>41. Quando o ordenador, o gestor ou o responsável for julgado em débito, poderá o Tribunal de Contas aplicar-lhe multa de até</p> <p>(A) 50% do valor atualizado do dano causado ao erário.</p> <p>(B) 100% do valor atualizado do dano causado ao erário.</p> <p>(C) 2.000 vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP.</p> <p>(D) o dobro do valor atualizado do dano causado ao erário.</p> <p>(E) 1.000 vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP.</p>	<p>45. Consideram-se despesas de capital as</p> <p>(A) Participações em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras.</p> <p>(B) Aquisições de Imóveis.</p> <p>(C) Obras Públicas.</p> <p>(D) Aquisições de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento.</p> <p>(E) Concessões de Empréstimos.</p>



<p>46. Admitir-se-ão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem</p> <p>(A) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.</p> <p>(B) aperfeiçoar a redação constante do projeto.</p> <p>(C) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.</p> <p>(D) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.</p> <p>(E) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.</p>	<p>50. A despesa total com pessoal da União, em cada período de apuração, NÃO poderá exceder o percentual da receita corrente líquida de</p> <p>(A) 20%.</p> <p>(B) 30%.</p> <p>(C) 40%.</p> <p>(D) 50%.</p> <p>(E) 60%.</p>
<p>47. De acordo com a Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. NÃO se inclui nas finalidades do sistema de controle interno</p> <p>(A) a comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.</p> <p>(B) a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.</p> <p>(C) a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.</p> <p>(D) o exercício do controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.</p> <p>(E) o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.</p>	<p>Atenção: As questões de números 51 a 58 referem-se à Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos da Administração Pública).</p> <p>51. Considere:</p> <p>I. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.</p> <p>II. Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.</p> <p>As modalidades de licitações indicadas nos itens acima são, respectivamente,</p> <p>(A) concorrência e tomada de preço.</p> <p>(B) concorrência e convite.</p> <p>(C) tomada de preço e concorrência.</p> <p>(D) convite e tomada de preço.</p> <p>(E) concurso e concorrência.</p>
<p>Atenção: As questões de números 48 a 50 referem-se à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p> <p>48. Considera-se empresa controlada a sociedade</p> <p>(A) cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.</p> <p>(B) que mantém convênio com a União, os Estados ou Municípios.</p> <p>(C) cujo capital social pertença à União em sua integralidade.</p> <p>(D) de capital aberto em que a União detenha mais de 20% e menos de 50% das ações.</p> <p>(E) que presta serviços de qualquer natureza para a União, os Estados e Municípios.</p>	<p>52. Em um contrato administrativo, as cláusulas que estabelecem o regime de execução ou forma de fornecimento; os casos de rescisão e os direitos e as responsabilidades das partes são</p> <p>(A) facultativas.</p> <p>(B) necessárias.</p> <p>(C) dispensáveis.</p> <p>(D) necessária, necessária e facultativa, respectivamente.</p> <p>(E) facultativa, necessária e necessária, respectivamente.</p>
<p>49. Considera-se ente da Federação</p> <p>(A) somente a União e o Distrito Federal.</p> <p>(B) somente a União e suas autarquias.</p> <p>(C) somente a União e os Estados.</p> <p>(D) somente a União, os Estados e o Distrito Federal.</p> <p>(E) a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.</p>	<p>53. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo,</p> <p>(A) 6 membros, sendo pelo menos 3 deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.</p> <p>(B) 9 membros, sendo pelo menos 5 deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.</p> <p>(C) 7 membros, devendo todos serem servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.</p> <p>(D) 5 membros, devendo todos serem servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.</p> <p>(E) 3 membros, sendo pelo menos 2 deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.</p>



54. Na execução dos contratos, o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes
- (A) apenas de dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- (B) de sua culpa ou dolo na execução do contrato, excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- (C) de sua culpa ou dolo na execução do contrato, reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- (D) de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- (E) apenas de dolo na execução do contrato, reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
-
55. Executado o contrato, o seu objeto será recebido, em se tratando de obras e serviços, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante
- (A) termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 60 dias da comunicação escrita do contratado.
- (B) documento público específico, assinado pelas partes em até 15 dias da comunicação escrita do contratado e registrado em cartório.
- (C) termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 dias da comunicação escrita do contratado.
- (D) documento público específico, assinado pelas partes em até 60 dias da comunicação escrita do contratado e registrado em cartório.
- (E) aditivo contratual, assinado pelas partes em até 30 dias da comunicação escrita do contratado.
-
56. A rescisão de contrato, em ocorrendo caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato, poderá ser
- (A) através de documento escrito em que ambas as partes estejam em comum acordo na sua rescisão.
- (B) determinada por ato unilateral e escrito da Administração.
- (C) determinada unilateralmente pelo particular contratado, através de carta registrada com aviso de recebimento.
- (D) através de rescisão formal de contrato administrativo, assinado por ambas as partes e no mínimo duas testemunhas.
- (E) através de rescisão formal de contrato administrativo, assinado por ambas as partes e no mínimo três testemunhas.
-
57. Em um processo licitatório, em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, após os bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional, aos produzidos
- (A) por empresas que invistam no desenvolvimento de tecnologia no País.
- (B) por empresas brasileiras com participação de capital estrangeiro.
- (C) por empresas que invistam em pesquisa em geral.
- (D) no País.
- (E) por empresas que invistam em pesquisas genéticas e farmacológicas.
-
58. Considere as seguintes assertivas a respeito da licitação de obras e serviços:
- I. É vedada a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- II. Será computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento.
- III. A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) III.
-
- Atenção:** As questões de números 59 a 63 referem-se à Lei nº 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).
59. A posse deverá verificar-se no prazo de
- (A) 60 dias, contados do dia seguinte da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial, sendo improrrogável.
- (B) 60 dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial, sendo prorrogável por mais 30 dias, a requerimento do interessado.
- (C) 30 dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial, sendo improrrogável.
- (D) 60 dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial, sendo improrrogável.
- (E) 30 dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial, sendo prorrogável por mais 30 dias, a requerimento do interessado.
-
60. É INCORRETO afirmar:
- (A) É vedado conceder diárias com o objetivo de remunerar outros encargos ou serviços.
- (B) Não caberá a concessão de diária quando o deslocamento de funcionário constituir exigência permanente do cargo ou função.
- (C) Tratando-se de pagamento de diária, entende-se por sede o município onde o funcionário tem exercício.
- (D) O funcionário que indevidamente receber diária, será obrigado a restituí-la de uma só vez, ficando ainda sujeito à punição disciplinar.
- (E) Será concedida diária ao funcionário removido ou transferido, durante o período de trânsito.



61. Considere as seguintes assertivas a respeito do Vencimento e da Remuneração:

- I. Vencimento é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor do respectivo padrão fixado em lei, mais as vantagens a ele incorporadas para todos os efeitos legais.
- II. Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente a 1/3 do respectivo padrão, mais as quotas ou porcentagens que, por lei, lhe tenham sido atribuídas, descontadas as vantagens pecuniárias a ela incorporadas.
- III. O funcionário perderá 2/3 do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do expediente ou quando dele se retirar dentro da última hora.
- IV. As faltas ao serviço, até o máximo de 6 por ano, não excedendo a uma por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, poderão ser abonadas pelo superior imediato, a requerimento do funcionário no primeiro dia útil subsequente ao da falta.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

62. O funcionário ocupante de cargo em comissão NÃO poderá ser licenciado

- (A) compulsoriamente, como medida profilática.
- (B) como prêmio de assiduidade.
- (C) por motivo de doença em pessoa de sua família.
- (D) para tratar de interesses particulares.
- (E) quando atacado de doença profissional.

63. O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados, caracterizando, dentre outras hipóteses, a responsabilidade por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Estadual. Neste caso, não tendo havido má-fé, será aplicada a pena de

- (A) repreensão e, na reincidência, a de demissão.
- (B) suspensão e, na reincidência, a de demissão.
- (C) repreensão e, na reincidência, a de suspensão.
- (D) demissão.
- (E) multa pecuniária cumulada com repreensão.

Atenção: As questões de números 64 e 65 referem-se à Constituição do Estado de São Paulo.

64. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas,

- (A) anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de trinta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.
- (B) semestralmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar do encerramento do semestre fiscal.
- (C) anualmente, ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de sessenta dias, a contar do início do ano fiscal.
- (D) anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.
- (E) semestralmente, ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de trinta dias, a contar do encerramento do semestre fiscal.

65. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente

- (A) pelo Tribunal de Contas do Estado, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.
- (B) pela Assembleia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.
- (C) pelo Tribunal de Contas do Estado, que solicitará, de imediato, à Assembleia Legislativa, as medidas cabíveis.
- (D) pela Assembleia Legislativa, que solicitará, no prazo improrrogável de 120 dias, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.
- (E) pelo Tribunal de Contas do Estado, que solicitará, no prazo improrrogável de 90 dias, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

Atenção: As questões de números 66 a 70 referem-se à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

66. O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente no mínimo

- (A) trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (B) quarenta e cinco dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, exceto da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (C) sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (D) noventa dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, exceto da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (E) cento e vinte dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, exceto da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

67. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada

- (A) apenas de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- (B) de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- (C) apenas de ato administrativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (D) de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (E) apenas de lei ou medida provisória que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.



68. É considerada dívida pública consolidada ou fundada

- (A) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (B) a dívida representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (C) o compromisso financeiro assumido em razão da aquisição financiada de bens e recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços.
- (D) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (E) o compromisso financeiro assumido em razão da abertura de crédito bem como a emissão de títulos para pagamento do principal.

69. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até

- (A) trinta e um de março.
- (B) trinta de abril.
- (C) trinta e um de maio.
- (D) trinta de janeiro.
- (E) vinte e oito de fevereiro.

70. Com relação à destinação de recursos públicos para o setor privado, considere:

- I. Deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- II. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres serão inferiores ao custo de captação.
- III. Em regra, poderão ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, inclusive mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I.